

# Conflito longe do fim

7 June  
1992  
(Sunday)

APESAR de todas as declarações de um certo optimismo que o Presidente Joaquim Chissano fez nos últimos dias em Portugal, admitindo que a guerra em Moçambique possa terminar antes do fim do ano, muita gente continua céptica.

O próprio Chissano, ao ler na sexta-feira o título que o PÚBLICO dera a parir de uma sua afirmação a empresários portugueses. "Paz em Moçambique possível dentro de dois meses", teve um sorriso irónico. Como quem diz: possível é, mas não provável...

Recordamo-nos de que, já há três anos, em Junho de 1989, ao efectuar o seu primeiro congresso, na Gorongosa, a Renamo tomou a decisão de responder positivamente a uma iniciativa de paz que fora anunciada por Chissano. E no entanto o progresso tem sido extremamente lento, enquanto a guerra, a seca e a fome a elas inerentes vão reduzindo a maior parte dos moçambicanos a seres absolutamente sub-humanos, que se vestem pobremente, quase nada comem e estão sujeitos a todas as doenças.

As primeiras negociações directas entre o Governo moçambicano e o movimento presidido por Afonso Dlakhama decorreram há 23 meses na comunidade católica de Santo Egidio, em Roma, sendo as duas partes dirigidas, respectivamente pelo ministro dos Transportes, Armando Emilio Guebuza, e pelo general Raul Domingos. De então para cá efectuaram-se 10 rondas de conversações (quase à média de uns três ou quatro dias de diálogo em cada dois meses e meio), sempre com profundas desconfianças entre ambas as partes.

Os delegados de um e outro lado nem sempre estão muito bem preparados para entender cabalmente e para dar uma resposta rápida ao que os do outro lhe propõem, de modo que lá se tem de suspender os trabalhos e de ir de Roma até à Gorongosa ou ao Maputo para estudar devidamente o assunto. Se as delegações tivessem mais quadros capazes, designadamente bons assessores jurídicos, talvez isso facilitasse o andamento dos trabalhos.

Verificado que a diplomacia italiana só por si, mesmo que em conjugação com a Comunidade de Santo Egidio e com a hierarquia católica de Moçambique, não tinha força suficiente para apressar o processo negocial, outras entidades tiveram de entrar em campo.

Segundo se espera, Portugal e os Estados Unidos — complementados pela Grã-Bretanha, a França e a África do Sul — vão ser agora fundamentais para que, a partir desta semana, as conversações de paz tenham muito mais substância do que em muitas das rondas anteriores, não se ficando por um arrastar de pés que parece não levar a lado nenhum.

Há grupos da direita portuguesa, norte-americana e sul-africana, designadamente militares, solidários com a Renamo. Mas alguns governos ocidentais, designadamente o britânico, simpatizam mais — ou, pelo menos, toleram melhor — com a Frelimo. E é da conjugação de todos estes factores, bem como da seca que está a martirizar a terra moçambicana, que dependerá a maior ou menor duração da guerra.

Considerada por Maputo um sucedâneo dos antigos “Flechas” do eng. Jorge Jardim (comandos negros que já antes do 25 de Abril combatiam a Frelimo), a Renamo teve sucessivamente, segundo certas fontes, o apoio dos rodesianos de Ian Smith, de generais sul-africanos como Charles van Niekerk, de certos elementos da CIA e até mesmo de alguns militares portugueses. Mas baseou-se sobretudo no descontentamento que o regime pseudo-maoísta de Samora Machel causou nas populações rurais e na ofensa feita a muitas das autoridades tradicionais, conforme se refere noutra artigo desta edição.

Agora, à mesa das conversações, a Renamo pretende sobretudo tratar de questões constitucionais e garantir um futuro absolutamente liberto da infância marxista do Estado moçambicano proclamado em 1975, enquanto a Frelimo dá toda a preferência à assinatura de um acordo geral de cessar-fogo. Por isso, aos medianeiros ficará caberá conseguir um compromisso, de modo a que se trate quase em simultâneo das duas ordens de assuntos: os militares e os jurídicos.

Chissano explicou aos seus interlocutores portugueses não estar disposto a que a futura Constituição de Moçambique fique desde já definida em Roma, até porque isso iria arrastar o processo por muitos meses mais, para além do fim do ano. Mas que não se opõe de modo algum a um compromisso sobre as grandes linhas constitucionais.

É pois de esperar que o bom senso impere de todas as partes e que o próximo Natal já possa ser finalmente celebrado em paz, por parte de um povo que tem sofrido demasiado. ■